



ATA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2025 CONSELHO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

Aos 20 de Maio de 2025, ocorreu a 4ª reunião Ordinária do Conselho de Defesa do Meio Ambiente do Município de Pindamonhangaba - CONDEMA, estando presentes os Conselheiros e Conselheiras Larissa, Walmir, Maria José, Daniel, Ana Clara, Rafael, Mariluci, Priscilla e Júlia. Também estiveram presentes André Dal'Bó da Costa, Fernanda e Magno José da Silva.

1. Aprovação de Ata: Ana Clara iniciou a reunião fazendo a leitura da ATA da 3ª Reunião Ordinária de 15 de Abril de 2025, a qual foi aprovada pelos conselheiros e conselheiras presentes.

2. Regulamentação da meta de educação ambiental ligada ao PMGIRS (Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos): A partir da constatação de que, em Pinda, projetos de educação ambiental relacionados a este Plano frequentemente se realizam com aportes provenientes de editais de empresas, Larissa falou sobre a importância de haver uma perenidade nas ações de educação ambiental e, sendo esta uma demanda municipal, considera importante que haja uma legislação que resguarde este Plano, uma vez que está atrelado ao município receber financiamento dentro do setor do meio ambiente, então, é necessário um movimento para ativar a criação dessa minuta. Diante disso, Larissa se colocou à disposição enquanto profissional não contratada da Prefeitura para somar, voluntariamente, na pesquisa e na criação de uma lei referente a isso. Rafael concordou que não existe uma política municipal de educação ambiental, mas que, no entanto, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) realiza ações, junto à Secretaria Municipal de Educação, e, a partir de uma ata de registro de preço dos artistas do município, vai fazer nas escolas municipais, umas 40 e poucas escolas, atividades com o tema voltado à questão ambiental, não só resíduos sólidos, como também descarte regular, maus tratos de animais, enfim, tudo que agrega a questão ambiental, justamente para incentivar as crianças a terem uma certa consciência referente a esse tema; a licitação foi feita no mês passado. Além disso, segundo Rafael, existem as campanhas que a SMMA faz, as quais envolvem, por exemplo, na semana do meio ambiente, levar alguns alunos de escolas municipais no Parque da Cidade para ter uma palestra com a polícia ambiental, com outras entidades envolvidas falando sobre a semana do meio ambiente e também sobre a conscientização geral. Larissa elogiou as iniciativas e lembrou que as questões socioambientais são extremamente amplas, que Pinda já evoluiu bastante nesse campo do [Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12](#) [“Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis”], que consumo e gestão responsáveis são é um dos principais fatores da nossa emergência climática, e que Pinda está dentro de uma classificação simbólica, significativa dentro do contexto nacional, porque ainda faz parte dos 4% dos municípios que têm medidas efetivas para a gestão de seus resíduos. Larissa também disse que, apesar de Pinda ter o movimento municipal de serviços públicos de coleta, de estar realizando uma [pesquisa aberta para fazer esse levantamento de qualidade dos serviços públicos de coleta seletiva, de coletas de rejeitos](#), é importante olhar para o PMGIRS, para que seja dedicada uma atenção para a educação ambiental voltada a tal Plano. Larissa também lembrou que, nesse sentido, o Instituto Sabiá, OSCIP que faz parte, foi chamado pelo município para desenvolver um trabalho de educação ambiental, que foi dentro de uma situação crítica e que naquele momento o Instituto Sabiá propôs a renovação e a qualificação de uma cultura de consumo de gestão de resíduos no município, e que esse movimento leva tempo. Segundo Larissa, esse movimento foi iniciado em 2022, mas ele precisa de perenidade para se estabelecer e, para que Pinda se torne uma referência, Larissa reforça a importância de ter alguma estratégia, que o CONDEMA converse com o jurídico para que se expanda esse diálogo para



entender qual é a estratégia atrelada ao PMGIRS, para que sejam resguardadas iniciativas de educação ambiental perenes. Rafael disse que, a esse respeito, a SMMA se aproximou mais da Casa Verde, da Secretaria de Educação, que é um braço da SMMA que está dentro da Secretaria de Educação, justamente para fomentar e deixar isso mais sólido em todas as linhas da parte educacional. Sobre essa questão do descarte regular, Rafael disse que ela é muito complicada porque ela tem duas frentes: educar a população para amanhã não jogar e ainda punir aqueles que jogam, e deu o exemplo de casos de pessoas que fazem o descarte ao lado do [PEV \[Ponto de Entrega Voluntária\]](#), que isso significa que a pessoa faltou com a educação ou simplesmente ela acha que lá é obrigação do município recolher, então, tem que ter tanto a parte punitiva quanto também a parte educacional, porque a população tem que fazer a parte dela também, porque não é um problema do município, é um problema coletivo. Rafael disse que a SMMA está com essa linha de raciocínio e que já se aproximaram bastante da Secretaria de Educação. Larissa explanou algumas atividades que o Instituto Sabiá realizou e disse que a educação é algo que leva tempo, que é uma questão de renovação de hábito, e que, por isso, fala da importância de ter alguma regulamentação, alguma legislação que nos resguarde, porque se tem uma legislação nesse perfil, as indústrias locais serão condicionadas a garantir a realização de ao menos um programa por ano, evitando que o município deixe de ser priorizado por empresas instaladas em seu território, como ocorreu neste ano por causa da COP 30, quando há maior tendência de investir em iniciativas de visibilidade internacional, em detrimento da continuidade das ações locais já desenvolvidas. Rafael disse que, para a municipalidade, é delicado fazer uma lei que obrigue as empresas a participarem nesse sentido, e que o que é sempre feito é buscar parcerias, como o Instituto Sabiá, tentar fazer esses aportes a partir de projetos que o SMMA apresenta, e isso reverberar em toda a rede, e que dentro do que hoje está colocado a partir da questão orçamentária, a SMMA está fazendo essa penetração em todas as frentes educacionais. Rafael concorda que ter uma política específica para isso é de suma importância, mas que é preciso tomar o cuidado ao colocar essa obrigatoriedade da empresa fazer isso. Por fim, Larissa disse que esse é um ponto que precisa ser olhado, uma vez que um dos desafios é que vários planos municipais são criados, mas eles não são regulamentados, o que faz com que a implementação das iniciativas não aconteça, ou fique capenga, que é o que considera que aconteceu no âmbito do PMGIRS, que foi o desenvolvimento de um trabalho que teve um início e que não teve perenidade, e isso impacta depois numa classificação do município, no resultado que é esperado da população no uso dos serviços que está sendo investido enquanto município. A partir disso, Larissa sugeriu que a criação de uma minuta seja uma tarefa para startar isso e, ainda esse ano, caminhar com essa regulamentação específica da educação ambiental respondendo ao PMGIRS com todo esse cuidado que é necessário ter. Daniel perguntou se esse tema não poderia entrar junto com o pessoal do desenvolvimento econômico, dentro de uma contrapartida para a empresa receber alguns benefícios aqui, ao que Maria José respondeu que isso já existe. Julia perguntou se o investimento nestes projetos poderia estar relacionado ao FUNDEMA, uma vez que, se for criada uma legislação, poderia constar que essas empresas façam a doação para o CONDEMA e, assim, o Fundo encaminharia para os projetos, ao que Rafael respondeu dizendo que, na minuta da política municipal de meio ambiente, pretendem criar um banco de projetos e, assim, as pessoas que cometeram uma infração terão a opção de pagar a multa e de fazer a compensação pagando um projeto que a SMMA, por meio do CONDEMA, anuir com isso. Julia disse que isso é interessante, mas que uma coisa é uma multa, que tem um valor baixo, e outra coisa é uma empresa enviando o seu valor, investindo na responsabilidade socioambiental que poderia ser direcionado para projetos prioritários para a cidade. Rafael explicou que existe uma legislação sobre isso, que o infrator pode fazer uma doação de bem, serviço, material etc. Ficou encaminhado que vão ser iniciados estudos para criar a minuta e que será criado um grupo de trabalho para elaborar termo de referência para uso do recurso do FUNDEMA.

3. Reconhecimento das lideranças da SMMA e status do plano de trabalho: Larissa pontuou a necessidade dos conselheiros do CONDEMA conhecerem os novos membros da SMMA. Maria José listou quem são os



atuais membros e disse que reconhece poucas pessoas, e aproveitou para listar quem compõe a [Secretaria de Desenvolvimento Rural Sustentável e Clima](#). Rafael sugeriu que os conselheiros fossem à SMMA para conhecer os novos membros. Ficou encaminhado que será organizada uma visita presencial.

4. Status report das atividades em curso: Daniel falou sobre o retorno das reuniões do CONCID. Disse que, juntamente com a Ana Clara, esteve presente na reunião que foi realizada no dia 14 de maio, e que esta reunião foi mais uma apresentação do novo Secretário Municipal de Obras e Planejamento (SMOP), que também ocupa o cargo de presidente do CONCID, e que na reunião foram apresentados novos pedidos de alteração de zoneamento. Ana Clara disse que a última reunião foi realizada no dia 27 de julho e que o CONCID só funciona quando tem demanda para alteração de zoneamento e que, tirando isso, não serve para mais nada, o que, segundo ela, é bem errado, porque tem várias coisas na cidade que precisam ser realizadas. Também disse que nessa reunião foi informado que houve mudança de gestão do Conselho em janeiro de 2025, mas que nada foi comunicado para os conselheiros, e que foi apresentada uma solicitação de alteração de zona estratégica ambiental, próxima ao Goiabal, para zona de desenvolvimento econômico, e que essa zona estratégica ambiental é destinada para uso público e a área não é mais pública. Ana Clara seguiu dizendo que a Daniela, que é da SMOP e a representante do CONCID, disse na reunião que a SMOP está bem inclinada a aceitar a solicitação de alteração; Ana Clara disse que perguntou durante a reunião quem comprou o terreno e a Daniela lhe respondeu que SFA Agro Empreendimentos. Ana Clara disse que deu a entender que é a área que saiu como notícia no jornal “[Intercept](#)”. Rafael disse que a área comprada é do estado de São Paulo e que, por alguma razão, eles levaram a leilão, independente do valor que foi comercializado; que o grupo comprou e que eles pediram a alteração do zoneamento da cidade. Rafael também disse que quando isso chegou para a SMMA, eles fizeram o parecer de uma maneira que o pedido não tem que ser apenas motivado e, sim, justificado com projeto, que realmente tenha justificativa do interesse público de alterar esse zoneamento, visto que lá é o único zonamento na cidade de zona de estratégia ambiental. Então, fizeram o parecer nessa linha, solicitando documento para ser avaliada a questão ambiental, se é viável, se não é viável, qual é a questão de drenagem, qual é a questão de saneamento, enfim, “tudo isso”, porque hoje tem uma gleba grande de três matrículas que são incorporadas lá, e que hoje não tem, pelo menos no processo, nada falando sobre saneamento, por exemplo, então, a SMMA pediu esses estudos para ver se é realmente viável, se vai ter, de que maneira que vai ter, se vai ser suficiente para a Secretaria conseguir analisar o processo, e que a partir disso é elaborado o parecer do Meio Ambiente. Ana Clara perguntou se o processo não teria que passar pela alteração de zoneamento primeiro para depois fazer todo esse planejamento e a avaliação, ao que Rafael respondeu que, nesse caso, o estado é o dono da área e que, como o estado não tem mais interesse, ele pode vender e o comprador tem que demonstrar que realmente ali não caberia mais ser uma zona estratégia ambiental. Rafael também disse que, uma vez vendida, é pedida a alteração e começa toda essa tratativa, e que, quanto à questão de crescimento da cidade e de geração de emprego, a SMMA não leva em consideração porque não cabe a esta Secretaria. Por fim, Ana Clara disse que foi informado na reunião do CONCID que eles vão enviar o documento de solicitação de alteração de zoneamento e que será convocada uma reunião extraordinária para tratar exclusivamente disso. Em seguida, Larissa reportou sobre o encontro com a equipe do SOS Mata Atlântica no Bosque da Princesa; também estiveram presentes Maria José (CONDEMA), Rafael Cavalcante (SMMA), Thiago (Novelis), Aline (SOS) e Gustavo (SOS). O objetivo foi implementar pontos de monitoramento da qualidade da água. A equipe deixou os equipamentos no Bosque e foi formado um grupo local com Maria José, Larissa e Rafael Cavalcante, cuja função é validar as análises que vão ser realizadas. Fernanda demonstrou o interesse em fazer parte deste grupo, pois tem experiência com essa atividade de monitoramento. Maria José disse que o site que abriga estes dados vai ser alimentado mensalmente e que esta coleta vai ter a duração de um ano. Finalizado o report desta atividade, Larissa seguiu falando sobre o cadastramento de pessoas que trabalham com ações socioambientais no município. Larissa relatou que entrou em contato com a



Comunicação da Prefeitura e que ficou encaminhado que será publicado um release sobre o cadastramento; que será criada uma arte e um espaço na página do CONDEMA para hospedar o link de cadastramento; que será verificada a possibilidade de ser anunciado no Tribuna do Norte. O cadastro será perene. Sobre a [abertura da conta do Programa Conservador da Natureza](#), Rafael explicou que para a Prefeitura é mais fácil controlar por meio de rubrica do que por meio de abertura de conta, porque para abrir conta o banco pede CNPJ, titular da conta - que normalmente é o Secretário, e as documentações pertinentes. Também disse que, de um tempo para cá, a Prefeitura vem unificando as contas, para facilitar a administração das contas, então, quando se cria uma conta, é criada uma rubrica que consta o valor destinado ao Programa, o que seria mais fácil para a SMMA. Ficou encaminhado que a partir desta colocação será gerado um ofício de resposta à promotora, que questionou sobre a abertura de conta deste Programa.

5. Devolutiva para a SMOP sobre o Plano Diretor Participativo: Não houve tempo hábil para ser discutido.

6. Status dos Plano Local de Ação Climática (PLAC), Plano Municipal de Restauração e Conservação da Mata Atlântica e Cerrado (PMMAC) e Plano de Saneamento Rural: André Dal'Bó da Costa iniciou falando sobre o andamento do PMMAC. Sobre este Plano, André disse que, a partir da sugestão para a realização de uma oficina online, haverá um encontro online no dia 20 de maio, às 19h horas, com a duração de uma hora e meia, e tem como tema a leitura do diagnóstico. Também disse que está agendada para o dia 27 de maio, às 13 horas, a segunda oficina participativa, que tratará do planejamento de ações; que foi concluído o [produto seis do diagnóstico](#), que é um produto extenso e já se encontra disponível na página do projeto; que também foram concluídos os produtos sete e oito; que as aulas online já estão disponíveis; e que estão entrando na etapa final do trabalho, onde será discutida as estratégias de ação para os próximos dez anos, cujo objetivo é produzir floresta no município. André reforçou a importância de estreitar o contato com o CONDEMA, para que sejam melhorados os produtos técnicos para se ter um trabalho que reflita a realidade local. Por fim, disse que no final do processo será enviado esse Plano como uma minuta de lei para a Câmara e sugeriu que fosse realizada uma reunião extraordinária com o CONDEMA para que seja apresentado o documento finalizado. Em relação ao PLAC, Rafael disse que será entregue à SMMA no dia 02 de junho; que no dia 06 de junho será apresentado como atividade dentro da Semana de Meio Ambiente; que será enviado para a Câmara para virar lei para ter legitimidade. Em relação ao Plano de Saneamento Rural, Rafael disse que os produtos 5 e 6 foram entregues no início do mês de maio, os quais a SMMA está fazendo uma revisão e em seguida serão enviados ao grupo técnico do CONDEMA.

7. Participação na 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente: Larissa disse que foi um evento muito grande, havendo mais de 1.500 delegados, e que foi aberto com uma cerimônia que contextualizou a proposta da intencionalidade da criação do Plano Clima Nacional. Disse que, a partir da distribuição dos delegados em eixos temáticos, foram analisadas todas as propostas dos respectivos eixos, para em seguida decidirem quais seriam priorizadas. Ao todo, foram priorizadas 10 propostas por eixo temático, as quais tratam de questões relacionadas ao direito dos animais, à regularização fundiária, ao direito dos catadores, à agricultura familiar, à preservação da biodiversidade e à garantia de fundos. A partir dessa experiência, Larissa sugeriu pegar algumas referências de estratégias que foram usadas para que possa ser desenvolvida a conferência local e estimuladas conferências livres.

8. Fundema: saldo da conta vinculada e a verificação junto à SMMA sobre como está o fechamento dos documentos para aprovação: Rafael disse que precisa pegar toda a legislação de novo, o que já tinha sido discutido, e consolidá-la. Também disse que até o dia 30 de maio enviará a minuta para os conselheiros. Em relação ao saldo, o valor total de depósito das multas é R\$4.606 e o saldo bruto, que é a conta do FUNDEMA com as aplicações, têm R\$49.130.



9. Informes gerais: Ana Clara informou que o CONDEMA recebeu um ofício do CONCID solicitando a indicação de dois conselheiros. Waldir informou que ainda não tem indicação de conselheiro da SABESP para substituí-lo, pois, a nova chefia ainda não assumiu. Larissa informou que será realizada nos dias 11 e 13 de junho, em Campinas, o segundo encontro sudeste do ICLEI Brasil, com o tema “Conectando cidades rumo a COP 30”.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.

Rafael Lamana
Vice-presidente

Larissa Néri
Presidente





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BB70-36CB-FCF1-FB6E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ RAFAEL LAMANA (CPF 302.XXX.XXX-64) em 29/06/2025 15:41:12 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/BB70-36CB-FCF1-FB6E>